

Concepções de infância na educação musical: um mapeamento de artigos científicos brasileiros

Comunicação

GTE08 – Educação Musical na Infância

Regiana Blank Wille
Universidade Federal de Pelotas
regianawille@gmail.com

Tiago Madalozzo
Instituto Politécnico de Bragança / Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro
madalozzo@ipb.pt

Resumo: O tema deste texto é a educação musical na infância, que tem por objetivo investigar, discutir e problematizar as concepções que têm orientado epistemologicamente a produção científica recente na área da Educação Musical no país. Partimos do pressuposto de que há um descompasso entre algumas destas concepções, as quais incluem por um lado um entendimento de infância alinhado à temática deste evento (a democracia) e a uma educação musical das crianças no mundo contemporâneo; por outro, uma definição de infância carregada de elementos conservadores. Metodologicamente, recorreremos à pesquisa exploratória de levantamento bibliográfico, tendo como *corpus* os artigos científicos publicados em periódicos na área entre 2019 e 2023, com um levantamento de 85 materiais que levam ao mapeamento e à análise de 24 trabalhos divididos em três categorias de análise. Ao final, constatamos que de fato ainda há uma significativa produção científica que evidencia a criança como objeto de processos hierarquizados de ensino-aprendizagem de música, distanciando-se de uma visão da criança como ator social de direitos, produtora de culturas e agente dos seus próprios meios de produção de conhecimento. Problematicamos ainda o quanto é essencial que práticas pedagógicas e de pesquisa sejam produzidas a partir da definição de uma perspectiva epistemológica explícita sobre a infância, de modo a valorizar e respeitar os diferentes modos como as crianças aprendem música.

Palavras-chave: educação musical; infância; mapeamento.

Introdução

Ao defendermos a construção de uma sociedade democrática, entendemos ser fundamental considerar todos/as aqueles/aquelas que a constituem, como atores sociais envolvidos, desde as crianças pequenas, jovens, adultos e/ou idosos. A educação, segundo

Paro (2023), envolve necessariamente uma ação política, e o ato de educar inclui o exercício do poder: há que se levar em conta, portanto, a diferença entre autoritarismo e autoridade. Quando buscamos impor a nossa vontade, sem considerarmos a vontade e até mesmo a existência do outro, temos uma atitude autoritária. Realizando tal ação, que é política, transformamos o outro em objeto. Mas se tomarmos como perspectiva a transformação social, a partir de uma sociedade que supere a dominação humana, é preciso levar em conta uma noção ampla de política que dê conta desta situação: um conceito que considere a política não como luta, como prática democrática.

Acreditamos que construir a democracia é também trazer problematizações inseridas em um contexto específico da sociedade. Considerando que um contexto de estudo é definido por um espaço e um tempo delimitados onde se desenrola uma atividade humana singular (Graue; Walsh, 2003, p. 22), o nosso olhar investigativo é para a educação musical na infância. Nesse sentido, queremos compreender quais são as concepções de infância presentes na produção científica recente nessa área.

Partindo da temática deste evento, entendemos que quando não consideramos as concepções de infância que orientam nosso olhar investigativo, ou quando continuamos disseminando visões conservadoras da infância na nossa atuação enquanto educadores musicais e/ou pesquisadores, não colaboramos com a construção efetiva de uma sociedade democrática (Paro, 2023). Segundo Paro (2002; 2023), ao falarmos de autoridade, lembramos que esta “é o correlato da democracia, e que envolve precisamente o respeito à condição de sujeito do outro”, não como imposição ou anulação. No contexto da infância, reconhecer as crianças como sujeitos é respeitar sua condição como atores históricos e sociais (Marchi, 2009; 2017).

Nossas inquietações se voltam para a área da Educação Musical, pois entendemos que a área desenvolveu uma visão diferente de infância a partir das articulações com a estética da música contemporânea a partir da segunda metade do século XX, o que muitas vezes ainda não é considerado na prática da educação musical escolar. Percebemos que as pedagogias criativas de Educação Musical por vezes ainda soam como inovadoras. Também consideramos que, apesar de haver um campo teórico que se debruça especificamente sobre a infância (os Estudos Sociais da Infância), estes conceitos não são adotados de maneira mais profunda na

formação e na prática de educadores musicais, e a produção de trabalhos apenas reafirma tais princípios.

Enquanto formadores de educadores musicais, o nosso objetivo é investigar, discutir e problematizar as concepções que orientam epistemologicamente a produção de conhecimento recente na área da Educação Musical no país. Metodologicamente, recorreremos à pesquisa exploratória de levantamento bibliográfico, sendo o *corpus* da pesquisa os artigos científicos publicados entre 2019 e 2023.

Com base no levantamento realizado, apontamos que existe um descompasso alarmante no atual cenário de produção na área no Brasil. Uma parte significativa desta produção está em falta de sintonia com o mundo contemporâneo, pois nesse cenário, temas como a democracia, a educação como bem comum, a cidadania ativa na escola, a criatividade e o conhecimento carecem de problematização. Neste texto, apresentamos a análise do levantamento efetuado, e ao final revisitamos os nossos questionamentos à luz do enquadramento teórico que adotamos.

Notas sobre a educação musical na infância

Vários pressupostos teóricos e metodológicos têm sido fundamentos da Educação Musical nas últimas décadas, e têm servido de base para a formação inicial e continuada de professores nos cursos de Licenciatura em Música. Apesar da disseminação destes fundamentos, a educação musical na infância por vezes inclui ainda uma visão de infância carregada de elementos conservadores. São olhares que entendemos não considerarem as crianças como atores sociais de direitos, produtores de cultura e agentes dos meios de produção de seu próprio conhecimento. Isso evidencia um contraste na área, já que há estudos, propostas pedagógicas e aportes teóricos que procuram compreender a educação musical na infância e difundir uma imagem de infância não conservadora. Nesse sentido, apontamos ser importante considerar um outro olhar em relação à Educação Musical Infantil, conhecendo e aprofundando esse conhecimento por meio da articulação com a Sociologia da Infância (Madalozzo, 2021).

Entendemos a Sociologia da Infância como um importante olhar no entendimento da “infância como categoria social e [d]as crianças enquanto membros da sociedade, atores

sociais e agentes de cultura” (Sarmiento, 2013, p. 20), o que também significa abarcar várias concepções e diferentes conceitos e, dentro de cada perspectiva abordada, a possibilidade de encontrar várias “infâncias”. Segundo Sarmiento,

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. [...] A geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus actores [sic] concretos, mas por efeito conjugado das acções [sic] internas e externas dos factores [sic] que a constroem e das dimensões de que se compõe (Sarmiento, 2005, p. 365-366).

Sarmiento enfatiza o “processo da construção social e o papel da criança como sujeito ativo nessa construção”, a partir da análise da “ação ou ‘agência’ das crianças, na sua concretude e diversidade” (Sarmiento, 2013, p. 26). O autor afirma que as configurações e os fazeres culturais da infância “não nascem espontaneamente; elas constituem-se no mútuo reflexo das produções culturais dos adultos para as crianças e das produções culturais geradas pelas crianças nas suas interações [sic]” (Sarmiento, 2005, p. 373). Com isso, concordamos que as culturas infantis são um processo tanto criativo quanto produtivo, e que essas culturas são determinadas pelas crianças e também nas relações com os adultos.

O conceito de culturas infantis é central na Sociologia da Infância, e compreende conjuntos de objetos, ideias, conceitos, valores e visões de mundo partilhados pelas crianças entre seus pares a partir da interação com o mundo adulto, e que evidencia a participação da criança na experiência, na descoberta, na exploração e na liberdade que definem a sua atuação em diferentes contextos sociais (Sarmiento, 2021; Fernandes, 2016; Corsaro, 2011). Para Sarmiento, as culturas infantis são conceituadas como a “capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção [sic] intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção” (Sarmiento, 2013, p. 3-4).

Considerar as crianças como produtoras de culturas é essencial para se pensar na pesquisa e na prática em contextos de ensino-aprendizagem, uma vez que envolve um conjunto de relações e de processos em uma perspectiva mais horizontal, participativa e colaborativa entre as crianças e os adultos. A ideia vem sendo trabalhada desde a década de

1940 no Brasil por meio das pesquisas de Florestan Fernandes (2016, p. 215), que se referia à cultura infantil como um conjunto de elementos quase exclusivo das crianças que é elaborado a partir da sua herança cultural, e que o pesquisador pode observar a partir do seu brincar. Sobre isso, Corsaro (2011, p. 21) definiu as culturas de pares infantis como as atividades, rotinas, elementos e valores produzidos e compartilhados pelas crianças entre seus pares. Parte destes elementos se origina nas relações que as crianças estabelecem com os adultos, em um processo de reinterpretação na interação com os pares – o que o autor nomeia como reprodução interpretativa (Corsaro, 1992, p. 168-69). Por isso mesmo, é possível afirmar que as crianças têm um ativo papel de atores sociais em seus processos de interação com os adultos e com os seus pares (Corsaro, 1992, p. 162).

Os estudos recentes na Sociologia da Infância têm colaborado para “potenciar uma imagem renovada das crianças enquanto sujeitos ativos e políticos”, incluindo os processos educativos em que se envolvem (Madalozzo *et al.*, 2024, p. 5-6). O entendimento da criança como ator social competente (Prout, 2020) e como sujeito de direitos (Fernandes, 2021) no contexto da escola se dá no respeito pela sua ação social e na construção de uma cidadania ativa na escola, quando os adultos trabalham em conjunto com as crianças. Reconhecê-las como agentes sociais desloca o foco da aprendizagem passiva para a participação ativa na construção de suas experiências. Para Fernandes (2021), a construção de um sistema de governança mais comum e plural parte do diálogo intergeracional e do trabalho conjunto, advindos de relações mais recíprocas e negociáveis.

Para Kioupiolis (2023), pensar a educação sob essa perspectiva (ou seja, como um bem comum) pode impulsionar tentativas de transformação de nossa relação com o ensino e a aprendizagem: significa considerar a educação como algo que é criado, governado e usufruído por todos os envolvidos na comunidade educacional, uma comunicação para além das ordens hierárquicas. O autor argumenta que “o comum pedagógico pressupõe o potencial igualitário de cada um para aprender, inventar, comunicar-se, governar-se e desenvolver-se” (Kioupiolis, 2023, p. 3).

Pinto e Costa (2022, p. 407) afirmam que para compreender e estimular um entendimento sobre uma escola comprometida com a cidadania global e o bem comum “é preciso analisar a racionalidade da globalização neoliberal e as contraposições do bem comum

frente a ela”. Os autores evidenciam que apesar da intranquilidade que as ideias individualistas e competitivas do mercado desencadeiam, o futuro não está dado. Assim, defendem a escola como uma possibilidade de ser esse “ator de consciência e ação no tempo presente para projetar a vida que se deseja ter daqui para frente” (Pinto e Costa, 2022, p. 407).

Reconhecemos que esta forma de pensar a educação, inclusive na superação das ordens hierárquicas, é algo possível de ser trabalhado no contexto do ensino de música na infância, a partir do protagonismo¹ e da agência² das crianças. A Educação Musical entendida como bem comum se insere como importante ponto de discussão no contexto de cursos de formação de professores de música e na produção científica da área, pois isso significa valorizar a consciência de coletividade, demonstrando uma ideia de cidadania global que corresponde a uma oposição à globalização neoliberal (Pinto e Costa, 2022, p. 407).

Considerar a Educação Musical como bem comum envolve também palavras-chave como igualdade, liberdade, abertura, colaboração, troca e criação coletiva: são conceitos que se articulam entre si, mas também entre formas de se definir a educação musical das crianças no mundo contemporâneo (Wille; Madalozzo, 2025; Madalozzo; Wille, 2025). Pinto e Costa (2022, p. 420; 422) afirmam que “Nós nos reconhecemos a partir do olhar sobre e refletido nos outros”. O desafio de uma educação [musical], voltada à cidadania global, não se restringe ao que está nas disciplinas exatas ou na eficácia escolar a partir dos rankings entre os países. Pressupõe defender uma educação que indaga como nos tornamos humanos, o que desejamos ou não, quais semelhanças ou diferenças temos com quem partilhamos a rua, a cidade, o país, a casa comum.

O enquadramento que apresentamos nesta seção evidencia a nossa visão sobre educação musical na infância, e orienta uma das concepções de infância que analisamos nesta pesquisa. Ao lado dela, consideramos também uma visão convencional de infância, ou seja, aquela que não se baseia nos pressupostos que estabelecemos. A partir destas lentes de análise, definimos a estruturação da pesquisa bibliográfica.

¹ O protagonismo musical refere-se à maneira como as crianças se tornam líderes em suas próprias experiências musicais, desenvolvendo um senso de pertencimento e autonomia (Madalozzo *et al.*, 2025).

² A agência musical refere-se à capacidade das crianças de tomar decisões, expressar preferências e moldar ativamente seus ambientes musicais (Madalozzo *et al.*, 2025).

Metodologia: um levantamento de dissertações e de artigos

No Brasil, a pesquisa no campo da Educação Musical se consolida progressivamente a partir da criação de cursos e programas de pós-graduação, da realização de eventos e de publicações nessa área. Segundo Souza (2020b), a Educação Musical se apresenta como um campo específico de conhecimento; ou ainda, como campo autônomo com problemáticas teóricas e objetos de estudo próprios. No caso desta investigação, nosso interesse é no exame de artigos científicos, considerando também os materiais nesse universo que contêm materiais pedagógicos, isto é, processos ou produtos de natureza educacional (Moreira; Nardi, 2009).

Para investigar, discutir e problematizar as concepções que orientam epistemologicamente os materiais disseminados, esta pesquisa caracteriza-se por uma natureza exploratória, partindo de um levantamento bibliográfico. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 107), a pesquisa exploratória auxilia na compreensão de um contexto específico, identificando conceitos ou variáveis promissoras, possibilitando uma interlocução crítica com o material bibliográfico.

Concordamos com Minayo (2001) ao afirmar que a estruturação metodológica define o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” em nossa apreensão da realidade, portanto, intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual nos valem. Ao explicitar as opções teóricas e as implicações do caminho escolhido para a compreensão de uma determinada realidade, entendemos a metodologia adotada como uma lente e guia para o encaminhamento da pesquisa. Por fim, consideramos a pesquisa como um dos componentes da prática docente que também abastece a atividade de ensino, possibilitando a atualização frente à realidade do mundo.

Tendo isso em mente, a organização do levantamento bibliográfico ocorreu em cinco etapas a partir das proposições metodológicas de Creswell (2012) e Gil (2008): 1) a identificação de palavras-chave para o mapeamento; 2) a consulta exploratória para levantamento da literatura; 3) a leitura seletiva e avaliação crítica da literatura selecionada; 4) a organização analítica da literatura por meio de resenhas, planificações e ideias-chave; e 5) a tematização a partir da leitura interpretativa dos dados.

Para a produção deste texto, mapeamos os artigos submetidos a periódicos científicos no período de 2019 a 2023 e com o uso dos descritores “educação musical infantil” e “educação musical infância”³. Definimos os seguintes critérios de inclusão dos artigos ao mapeamento: a) ter sido publicado em uma revista científica alinhada à área de estudo da educação musical na infância; b) conter ao menos um dos descritores utilizados na busca por meio do menu “Busca” do sistema OJS do próprio periódico; c) ter sido publicado entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023; e d) ter sido publicado em uma revista classificada no Qualis/CAPES, no Scopus ou na Web of Science. Já o critério de exclusão foi o de não ter conteúdo relacionado à educação musical na infância⁴. Nossa busca incluiu tanto artigos teórico quanto textos que contêm propostas pedagógicas. Foram levantados 85 artigos e selecionados para análise 24 textos, sendo que 09 contêm propostas pedagógicas, e outros 15 apresentam discussões teóricas. Na Figura 1 apresentamos o resultado do mapeamento, com informações sobre os periódicos e os critérios de inclusão e de extração dos dados.

Doravante a observação e a análise dos 24 artigos, evidenciamos três categorias de análise emergentes: 1) textos que apresentam uma concepção de infância enquanto categoria social, estrutural e geracional; 2) textos que disseminam uma concepção conservadora de infância; e 3) textos com falta de perspectivas epistemológicas sobre a infância.

Que infâncias são essas?

O mapeamento e a análise das obras estudadas, segue a mesma orientação que guiou uma etapa anterior da pesquisa: em Wille e Madalozzo (2025), concentramos nossa análise em dissertações de mestrado; já neste texto, analisamos os artigos publicados em periódicos tendo em vista as concepções que detalharemos a seguir.

³ Em uma primeira etapa de pesquisa, mapeamos um conjunto de dissertações de mestrado a partir de consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES realizada em setembro de 2024 com o mesmo recorte temporal de cinco anos, chegando a 45 dissertações, sendo 14 de mestrados profissionais e 31 de mestrados acadêmicos. As áreas do conhecimento dos cursos de mestrado em que as dissertações foram produzidas envolveram, em sua maioria, as Artes / Música e a Educação, incluindo também áreas como a Tecnologia Educacional e a Gestão da Educação. Para detalhamentos da metodologia e dos achados da pesquisa, sugerimos a consulta ao que registramos em Wille e Madalozzo (2025).

⁴ Esta situação ocorreu quando as palavras da busca pelo sistema dos periódicos não direcionaram a conteúdos do título, do resumo, das palavras-chave ou do texto do artigo, mas sim, ao currículo dos autores ou ao título das obras no referencial bibliográfico – ou seja, quando o texto em si não trata da temática, apesar de ter sido apontado no resultado da busca dos periódicos.

Figura 1: Resultado do mapeamento de artigos

Periódico	classificação do periódico			termos descritores da busca			total de artigos encontrados	total de artigos analisados
	Qualis- CAPES	Scimago Journal Rank / Scopus	Coleção Web of Science	(apenas) educação musical infantil	(apenas) educação musical infância	educação musical infantil + educação musical infância		
Revista da ABEM	A1	-	-	14	3	3	20	6
Revista da Fundarte	A1	-	-	18	0	3	21	4
Revista Nupeart	A1	-	-	0	0	1	1	0
Revista Vórtex	A1	-	-	3	0	0	3	0
Revista Música na Educação Básica	A2	-	-	6	0	3	9	7
Orfeu	A3	-	-	7	3	4	14	0
Música Hodie	A4	Q2	AHCI	4	3	0	7	2
Opus	A4	Q3	ESCI	5	0	3	8	4
Per Musi	B1	Q2	-	0	2	0	2	1
Total							85	24

Fonte: Elaboração dos autores

Concepção de infância enquanto categoria social, estrutural e geracional

Observamos um conjunto considerável de artigos que disseminam uma visão de “infância como construção social” e de criança como “sujeito de direitos [...], privilegiando-as como unidade direta e primária de análise”, ou seja, buscando visibilizar o que as crianças pensam sobre música e os modos como compreendem as aprendizagens musicais, conforme apontado por Cunha, Brito e Oliveira (2022, p. 3). Brito e Beineke (2020, p. 329; 339) destacam o fazer musical das crianças no coro infantil como uma “prática social” a partir de vivências musicais colaborativas, enfatizando também a “participação infantil nos processos de produção de dados e entendendo-a como contribuição para a construção conjunta de ideias” na pesquisa sobre educação musical. No campo normativo, França (2020) critica a repercussão da Base Nacional Comum Curricular na educação infantil, reconhecendo que o texto enfatiza “repetidamente a exploração sonora ‘para acompanhar’ repertórios escolhidos pelo professor” ao invés de priorizar um fazer musical espontâneo e criativo (França, 2020, p. 36).

Em relatos de práticas pedagógicas, Cunha (2019, p. 11; 12) considera que as crianças são “exploradoras de gestos e investigadoras de sons” e que o professor deve acolher as expressões musicais para “promover o protagonismo das crianças”. No mesmo sentido,

Ferreira Filho e Lira (2022, p. 124) apresentam uma proposta em que definem “vivências significativas” em música como aquelas em que a mediação do professor colabora com as crianças na construção de uma educação musical que preserve o “instinto de curiosidade, exploração e fantasia, que são características fundamentais da vida infantil”. Souza (2020a, p. 54) considera que a criança é um “sujeito que cria, produz, aprende, desenvolve, expressa, manifesta, entre diversas outras coisas possibilitadas pela simples e complexa condição de ser humano que é, ou seja, sujeito histórico e social”.

Chassot e Wolffenbüttel (2023, p. 18; 20) destacam o quanto o canto no contexto familiar é essencial para o desenvolvimento dos bebês “tanto no âmbito da fala, quanto na percepção musical, desenvolvimento da consciência corporal e na inserção cultural”, contribuindo para o aumento do repertório musical. Ramos (2022, p. 10; 11) reconhece a importância de “uma escuta atenta às nuances de sentido, de ritmo, de sonoridades” e respeitando as formas como as crianças compreendem as suas próprias brincadeiras musicais. Todos esses são trabalhos que questionam a concepção que apresentaremos a seguir.

Concepção conservadora de infância

Autores como Arriaga-Sanz, Macián-González, Cabedo-Mas e Moliner (2022) ou Silva e Carvalho (2019, p. 20) reconhecem a importância de modos de produção de conhecimento mais horizontais; contudo, os trabalhos priorizam o desenvolvimento de objetivos extramusicais no trabalho com música, tais como “o estímulo à aquisição da escrita, as linguagens verbal e não verbal, o raciocínio lógico e a memória, além da coordenação motora fina e grossa, consciência corporal, moral, ética, o respeito, a cultura, a organização, interação, socialização [...]”.

Moreira e Wolffenbüttel (2019, p. 20; 4) investigam a “*utilização* da música na alfabetização escolar [grifo nosso]”, argumentando que a presença interdisciplinar da música na educação das crianças a torna “a própria natureza didática das aulas para alfabetizar as crianças”. Da mesma forma, Rosa e Wolffenbüttel (2023, p. 14; 19) apontam a musicalização como algo “indispensável para o desenvolvimento integral das crianças” e ferramenta pedagógica para outros aprendizados. Embora as autoras façam a ressalva de que é importante revisar tais concepções (considerando a música como área com finalidades

próprias), a argumentação dos dois trabalhos prioriza tais usos da música, ou sua contribuição para o desenvolvimento.

Os trabalhos de Bezerra e Fialho (2020) e de Vilarinho e Ruas (2019) analisam a prática musical a partir de um enquadramento teórico que parte de um processo estruturado e dividido de acordo com as etapas do desenvolvimento infantil. Campos (2023, p. 2), discute que a sensorialidade auditiva “*prepara a criança para a concentração auditiva [grifo nosso]*”, e o modo como “o desenvolvimento dos sentidos precede o das atividades superiores intelectuais” da criança de 3 a 6 anos. Estes trabalhos têm em comum o foco na aprendizagem musical enquanto sinônimo de aquisição de habilidades.

Já Harder, Brito, Annunziato e Harder (2022, p. 85; 88) propõem atividades para as crianças na etapa da educação infantil que envolvem a escuta e a imitação a partir de práticas previamente construídas pelo professor, ao contrário de propostas para outras etapas que incluem processos criativos, inventivos e democráticos de participação das crianças.

Falta de perspectivas epistemológicas sobre a infância

Observamos que em quatro artigos autoras e autores definem visões generalizadas de infância. Kashima (2021, p. 15) apresenta uma proposta pedagógica para o coro infantil que, embora incentive ferramentas e métodos educacionais mais democráticos, considera como ponto central a “boa performance”, entendida como a soma de as crianças saberem a letra da canção, cantarem “musicalmente” e terem “certa concentração”. Também na temática do coro infantil, Andrade (2019, p. 61) menciona as crianças apenas para definir o público final da prática, considerando a compreensão do tempo e das alturas musicais como um importante “componente da musicalidade” das crianças na faixa etária dos 7 anos.

Makino (2020, p. 178) parte da alteridade da criança e do adulto a partir de uma análise sobre a indústria cultural; mas não há uma definição sobre o que é ser uma “criança pequena”. O mesmo acontece no trabalho de Rebelo (2022, p. 10; 17) que, embora considere que a curiosidade, o jogo, a brincadeira e a exploração são “potencializadoras do processo de aprendizagem”, examina estes aspectos sem um aprofundamento sobre infância para além do recorte da faixa etária.

Considerações e novos questionamentos

Nosso objetivo neste texto foi investigar as concepções de infância que orientam a produção recente de conhecimento com a temática da educação musical no país. No início deste trabalho, apresentamos notas teóricas e metodológicas das últimas décadas nas áreas da Educação Musical e da Sociologia da Infância que apontam para uma convergência aos conceitos fundantes deste evento – sobretudo, a democracia. Problematicamos as culturas infantis, uma aprendizagem ativa e plural e a educação como um bem comum por entendermos que palavras-chave ligadas a uma educação musical criativa são semelhantes aos conceitos destas outras teorias.

É por esse motivo que demonstramos a nossa preocupação com abordagens teóricas e práticas que continuam a disseminar uma concepção conservadora de infância, ou seja, que se distancia de um entendimento da criança como ator social de direitos, produtora de culturas e agente dos seus próprios meios de produção de conhecimento (Wille; Madalozzo, 2025; Madalozzo; Wille, 2025). Por meio da observação e da análise temática dos materiais selecionados, constatamos que há uma significativa produção científica que evidencia a criança como objeto de um processo hierarquizado de ensino-aprendizagem de música.

Destacamos o quanto é igualmente preocupante a disseminação de artigos sem uma perspectiva epistemológica sobre a infância. Este aspecto foi observado no mapeamento de dissertações (Madalozzo; Wille, 2025), e enfatizamos o quanto é alarmante que uma produção científica na área da educação musical na infância seja desprovida de um pensamento reflexivo e uma perspectiva epistemológica: afinal, como é possível produzir conhecimento sem qualquer aprofundamento sobre *a que* infância se faz referência em um estudo?

Como implicação para futuras práticas pedagógicas e de pesquisa, reiteramos ser essencial que o olhar (e a escuta) à educação musical na infância sejam muito bem definidos pelo professor-pesquisador – considerando que esse é um contexto específico da sociedade, e que pesquisas e práticas precisam ser devidamente situadas em relação a esse contexto (Graue; Walsh, 2003). Por isso mesmo, esperamos que esta investigação procure inspirar novos questionamentos de modo a, em última análise, valorizar e respeitar os modos como as crianças relacionam-se e aprendem (com a) música.

Referências

ANDRADE, Débora. A lagarta e a borboleta: cantando a duas vozes. *Música na Educação Básica*, v. 9, n. 10 /11, p. 58-69, 2019.

ARRIAGA-SANZ, Cristina; MACIÁN-GONZÁLEZ, Roberto; CABEDO-MAS, Alberto; MOLINER, Lidon. Toquemos juntos! Motivación e interacción en el aula en iniciativas musicales comunitarias. *Música Hodie*, v.22, e69312, 2022.

BEZERRA, Denise Maria; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Analisando música na infância: uma abordagem cognitiva no ensino-aprendizagem do piano. *Opus*, v. 26, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2020.

BRITO, Dhemy Fernando Vieira; BEINEKE, Viviane. Ideias de música no coro infantil: por que e para quem as crianças cantam? *Revista da ABEM*, v. 28, p. 328-343, 2020.

CAMPOS, Viviane Cavalcanti Borges. A sensorialidade auditiva na educação infantil: perspectivas para a educação musical. *Música na Educação Básica*, v. 12, n. 15, e121506, 2023.

CHASSOT, Djeniffer Heinzmann; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A prática do canto dirigido entre mães e bebês. *Revista da ABEM*, v. 31, n. 2, e31114, 2023.

CORSARO, William A. Interpretive Reproduction in Children's Peer Cultures. *Social Psychology Quarterly*, v. 55, n. 2, p. 160-177, 1992.

CORSARO, William A. *The sociology of childhood*. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2011.

CRESWELL, John Ward. *Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research*. 4. ed. Boston: Pearson, 2012.

CUNHA, Sandra Mara da. Caixinha com sons na educação infantil. *Música na Educação Básica*, v. 9, n. 10/11, p. 8-17, 2019.

CUNHA, Sandra Mara da; BRITO, Dhemy Fernando Vieira; OLIVEIRA, Sarah Gervasio Nascimento de. Educação musical e sociologia da infância no Brasil: diálogos em construção. *Opus*, v. 28, p. 1-21, 2022.

FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. *Pro-Posições*, v. 15, n. 1, p. 229-250, [1944] 2016.

FERNANDES, Natália. Dos silêncios da Pedagogia aos contributos da Sociologia da Infância ou Sobre os modos de respeitar ontológica e metodologicamente a criança enquanto sujeito

ativo de direitos. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela (Orgs.). *Sociologia da Infância em Portugal. Memórias, encontros e percursos*. Lisboa: APS, 2021. p. 61-79.

FERREIRA FILHO, João Valter; LIRA, Jaqueline Rodrigues. As brincadeiras musicais e o trânsito entre a diversão e a aprendizagem: propostas práticas. *Música na Educação Básica*, v. 11, n. 13/14, p. 122-133, 2022.

FRANÇA, Cecília Cavaliere. BNCC e educação musical: muito barulho por nada?. *Música na Educação Básica*, v. 10, n. 12, p. 30-47, 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HARDER, Priscila; BRITO, Adelson; ANNUNZIATO, Felipe Harder; HARDER, Rejane. “Pega de boi no mato” na Festa do Vaqueiro: Atividades de apreciação musical, paisagem sonora, criação e performance a partir do Aboio e da Toada nas vaquejadas do Sertão Sergipano. *Música na Educação Básica*, v. 11, n. 13/14, p. 82-95, 2022.

KASHIMA, Rafael Keidi. Conteúdos de ensino para o Coral Infantil: a experiência do Laboratório de Regência Coral Infantil (LARCI). *Opus*, v. 27, n. 2, p. 1-18, mai./ago. 2021.

KIOUPKIOLIS, Alexandros. Common education in schools. Gauging potentials for democratic transformation: a case study from Greece. *Frontiers in Education*, v. 8, 2023.

MADALOZZO, Tiago. “Eu quero [ouvir] de novo!”: o envolvimento criativo de crianças de 5 anos na musicalização infantil. *Revista da ABEM*, v. 29, p. 120-136, 2021.

MADALOZZO, Tiago; WILLE, Regiana Blank. Educação musical na infância: por uma docência que considere a criatividade e a autoria das crianças. In: RANGEL, Susana V. C.; CARVALHO, Rodrigo S. (Org.). *Bricolagens: diálogos entre Arte e Educação na docência com crianças*. Porto Alegre: Zouk, 2025. p. 245-269.

MADALOZZO, Vivian; FERNANDES, Natália; ILARI, Beatriz. Intersections between music education and the sociology of childhood in Brazil: Searching for children’s agency and musical protagonism. *Global Studies of Childhood*, v. 15, n. 2, p. 209-224, 2025.

MADALOZZO, Vivian Dell’ Agnolo Barbosa; MADALOZZO, Tiago; FERNANDES, Natália; CASANOVA, Joana Ribeiro. O Clube das Crianças: articulações entre a Música na infância e a Educação enquanto bem comum. *Revista da ABEM*, v. 32, n.1, e 32104, 2024.

MAKINO, Jéssica Mami. Repertório musical na educação infantil: música para crianças?. *Revista da ABEM*, v. 28, p. 177-193, 2020.

MARCHI, Rita de Cássia. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 1, p. 227-246, jan./abr. 2009.

MARCHI, Rita de Cássia. A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 2, p. 617-637, mai./ago. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Marco Antonio; NARDI, Roberto. O mestrado profissional na área de ensino de ciências e matemática: alguns esclarecimentos. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2009.

MOREIRA, Paloma Bastos; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Investigando sobre música e alfabetização na escola. *Revista da FUNDARTE*, v. 39, n. 39, p. 24-47, jul./dez. 2019.

PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

PARO, Vitor Henrique. Pitacos teóricos. 26 de out. 2023. Disponível em <https://vitorparo.com.br/>. Acesso em 27 jul. 2025.

PINTO, Vinícius Soares; COSTA, Daianny Madalena. Educação para o bem comum: uma contraposição à globalização neoliberal. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 19, n. 58, p. 407-424, 2022.

PROUT, Alan. Childhood bodies: Construction, agency and hybridity. In: PROUT, Alan; CAMPLING, Jo (Org.). *The body, childhood and society*. London: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-18.

RAMOS, Ana Consuelo. “Brinquedorias” no rádio. *Revista da ABEM*, v. 30, n. 2, e30208, 2022.

REBELO, Matheus Carvalho. Aspectos emocionais no ensino musical na primeira infância: contribuições da neurociência. *Revista da ABEM*, v. 30, n. 2, e30206, 2022.

ROSA, Carolina Cardoso da Silva; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A formação pedagógico-musical de unidocentes a partir do curso “Educação musical para professores”. *Revista da FUNDARTE*, v. 57, n. 57, p. 1-24, e1257, out./dez. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia da pesquisa*. trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: Desafios conceituais e praxeológicos. In: R. T. Ens; M. C. Garanhani (Org.). *Sociologia da infância e a formação de professores*. Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13-46.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas Infantis / Children's Cultures. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália. (Orgs.). *Conceitos chave em Sociologia da Infância. Perspetivas globais*. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 179-185.

SILVA, Carlos Antônio Freitas da; CARVALHO, Valéria Lazaro. Pedro e a festa na lagoa: estratégias de sonorização de histórias no ensino de música. *Música na Educação Básica*, v. 9, n. 10/11, p. 18-29, 2019.

SOUZA, Bruna Costa Mariano Ferregueti. Musicalização na educação infantil: um olhar sobre a base nacional comum curricular. *Revista da FUNDARTE*, v. 40, n. 40, p. 51-64, jan./mar. 2020a.

SOUZA, Jusamara. A Educação Musical como campo científico. *Olhares & Trilhas*, v. 22., n. 1, jan./abr. 2020b, p. 9-24.

VILARINHO, Fabiana de Freitas Angulo; RUAS, José Jarbas. Os efeitos da musicalização para o desenvolvimento musical em bebês de zero a dois anos. *Opus*, v. 25, n. 3, p. 357-382, set./dez. 2019.

WILLE, Regiana Blank; MADALOZZO, Tiago. Que infância é essa? Um estudo das concepções que orientam práticas pedagógico-musicais disseminadas em trabalhos acadêmicos no Brasil. *Opus*, v. 31, e253125, 2025.